

A MISSÃO DO APODI E SEUS MÚLTIPLOS AGENTES:

presença missionária e contatos na trajetória do Paiaku (século XVIII)

Ristephany Kelly da Silva Leite¹

RESUMO:

Durante a primeira metade do XVII, as missões começam a ser fundadas no sertão, acompanhando a interiorização. Estes locais contavam com circulação de pessoas e estabelecimento de diversos tipos de contato entre os missionários, indígenas, sesmeiros da região, vaqueiros que trabalhavam para os proprietários de terra e oficiais da Coroa que, inclusive, recorriam às aldeias para suprir às demandas contingenciais de suas tropas. Neste trabalho, vamos abordar a Missão do Apodi, na qual parte dos indígenas Paiaku que travaram diversos conflitos durante a chamada Guerra dos Bárbaros foram aldeados. Pretende-se investigar as interações que os diversos agentes que viviam e circulavam pela missão estabeleciam uns com os outros, enfatizando a multiplicidade de contatos e experiências proporcionadas pelos diferentes momentos da Missão e grupos que chegaram a administrá-la.

PALAVRAS-CHAVE: Missão do Apodi; Missionários; territórios sociais.

THE APODI MISSION AND ITS MULTIPLE AGENTES:
Missionary Presence And Contacts In The Paiaku Trajectory (18th Century)

ABSTRACT:

During the first half of the 17th century, missions began to be founded in the sertões, following the movement inland. These places had a circulation of people and the establishment of different types of contact between the missionaries, indigenous people, local landowners, cowboys who worked for the landowners and officials of the Portuguese Crown who even resorted to the villages to meet the contingent demands of their troops. In this paper, we will address the Apodi Mission, where some of the Paiaku indigenous people who fought in various conflicts during the so-called Barbarian War were settled. We intend to investigate the interactions that the various agents who lived and circulated around the mission established with each other, emphasizing the multiplicity of contacts and

¹ Professora da Educação Básica nas Secretarias Municipais de Educação de Monte Alegre/RN e São Gonçalo do Amarante/RN. Graduada e Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Este artigo é parte da dissertação de mestrado defendida junto ao PPGH-UFRN, sob orientação do professor Dr. Lúcio José de Oliveira Maia. Currículo Lattes: https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?sessionid=D198F4A13AD6DF22ADE9B50662526A2D.buscatextual_0

experiences provided by the different moments of the Mission and groups that came to administer it.

KEYWORDS: Apodi Mission; Missionaries; social territories.

Junta das missões

Dentro do sistema polissinodal de política adotado por Portugal na época moderna (FRAGOSO *et al.*, 2013), as *Juntas* eram “organismos constituídos a partir da necessidade de fazer frente às demandas da governança” (SOUZA E MELLO, 2007, p. 64), como ocorreu com a administração das missões ultramarinas, sobretudo no que concerne à questão da análise da legalidade das guerras justas declaradas pelas autoridades.

Em 1655, foi criada a “Junta privativa para as missões, mais conhecida por *Junta Geral das Missões*, e também denominada de *Junta dos Missionários* ou *Junta da Propagação da Fé*, em virtude de sua natureza” (SOUZA E MELLO, 2007, p. 64). A Junta das Missões, quando criada, tinha por objetivo tratar do envio dos missionários para as conquistas, sendo estabelecidas posteriormente novas juntas para atuar nas possessões coloniais. Foram fundadas juntas das missões no Estado da Índia, no Reino de Angola, no Estado do Maranhão e Grão-Pará e, por fim, no Estado do Brasil.

Nesse contexto, a Junta das Missões de Pernambuco foi criada em caráter definitivo, subordinada à de Lisboa, em 7 de março de 1681 (LOPES, 2003). Essa instituição foi responsável por “julgar a legitimidade dos índios cativos através do voto de seus ministros e deputados, sendo também uma espécie de ‘supervisora administrativa’ dos aldeamentos podendo avaliar, inclusive, a conduta dos missionários responsáveis por cada um deles” (GATTI, 2010, p. 08). Assim, era a instância reguladora das missões realizadas pela Coroa portuguesa. Como informou Lígio Maia (2010), as resoluções da Junta das Missões de Pernambuco deveriam ser tomadas pelo governador, pelo bispo, pelo ouvidor-geral e pelo procurador da

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

fazenda, englobando assim as instâncias civis, religiosas e fazendárias. A função primordial das juntas ultramarinas era a propagação da fé e a salvação das almas, portanto, deveria escolher religiosos aptos para administrar as missões.

Competia também às Juntas ultramarinas: cuidar para que os missionários concorressem para o aumento da cristandade nos seus distritos, trabalhando com zelo e cuidado nas missões a eles encarregadas; observar a dedicação dos Superiores das religiões e se entre eles havia quem descuidasse das suas funções; arbitrar na divisão dos distritos das missões entre as religiões; zelar para que, se houvesse necessidade de algum apoio material para o progresso da cristandade, este fosse solicitado ao reino e a junta ficaria encarregada de repartir entre as missões; arbitrar sobre as côngruas dos missionários (SOUZA E MELLO, 2007, p. 167).

Mas a principal preocupação relativa às decisões da Junta que nos interessam aqui foram os descimentos, cativeiros e mão de obra dos índios, pois sendo reguladora destas operações, era solicitada a dar parecer sobre questões específicas relativas aos indígenas (SOUZA E MELLO, 2007). Desta forma, a Junta das Missões produziu documentos que nos permitem compreender parte do complexo processo de junção das diferentes etnias que habitavam os sertões das Capitânicas do Norte e do contexto de instalação das missões.

Como era a entidade diretamente ligada às questões da legitimidade da guerra contra os nativos, a Junta deliberava inclusive sobre como proceder com estes indígenas aldeados, levando em consideração os apontamentos de seus componentes e deliberando sobre a matéria, como ocorreu com os índios Caboré, Janduí e Capela que estavam na Aldeia do Guajirú e presos em Itamaracá, com os quais a Junta decidiu por fazer pazes e libertá-los da prisão para que retornassem à Missão². O que se depreende dos documentos é que as decisões para o retorno destes indígenas às missões também estão imbuídas de interesses particulares do Capitão-mor, autoridade consultada sobre o caso, que os nativos retornassem à

² AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 78. ASSENTO (cópia) da Junta das Missões sobre o extermínio e pazes feitas com os índios tapuias Caboré e Capela que estavam reunidos na aldeia de Guajirú. 25/08/1714.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

missão e servissem de mão de obra aos moradores e aos serviços da Coroa. Mas temos que considerar que a Junta, por ter esse caráter consultivo e deliberativo, acabou apresentando diversas questões importantes sobre as missões na documentação que legou aos pesquisadores.

A Missão do Apodi

As primeiras missões da Capitania do Rio Grande foram implantadas no último quartel do século XVII, sendo elas as Missões de Guajirú e Guaraíras, apontadas por Fátima Lopes (2003) como missões originadas de aldeias indígenas, junto com Mipibu e Igramació que, no entanto, somente foram fundadas no século XVIII. Já a Missão do Apodi teria sido formada pela redução de indígenas *tapuias* em decorrência da chamada Guerra dos Bárbaros.

Devido aos conflitos da Guerra do Açú, Dom João de Lencastre relata ao Governador de Pernambuco a importância de se criar novas povoações de Aldeias nas ribeiras do Açú, Jaguaribe e Piranhas, para que a segurança da população que habitava aqueles sertões fosse garantida³. As preocupações quanto a possíveis contendas eram latentes, haja vista os confrontos com e entre os grupos indígenas que transitavam naquelas partes ainda serem intensos (PUNTONI, 2002).

No entanto, há de se considerar sempre os interesses coloniais de agrupar os indígenas para que eles, através dos missionários responsáveis por sua administração naquele momento, pudessem ser convertidos à fé católica e introduzidos nos modos de vida ocidentais, para que eles não oferecessem resistência ao domínio colonial. Outro elemento importante a ser considerado neste momento é a abertura de caminhos para o Estado do Maranhão. Fátima Lopes (2003, p. 257) aponta que “em 1695, o Governador Geral também justificou a instalação destes aldeamentos não só pela segurança dos moradores, mas também por abrir caminhos para o Estado do

³ CARTA para o Governador de Pernambuco, 08/06/1691. In: Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, v. 38, p. 314, 1937.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Maranhão”. Uma vez abertos, estes caminhos facilitariam o comércio entre os Estados do Brasil e do Maranhão.

Ainda devemos apontar que quanto mais indígenas estivessem aldeados, em locais fixos determinados pela Coroa portuguesa, menos seriam aqueles que transitariam por estes sertões, e mais seriam as terras que poderiam ser doadas através de sesmarias para particulares, das quais estes tirariam seus proventos, através da utilização delas para produção de gêneros agrícolas ou para a pecuária, atividade que se desenvolveu fortemente no final do século XVII no interior das Capitanias do Norte do Estado do Brasil. Uma vez que estes particulares produzissem e lucrassem nestas terras, a Coroa também recebia um percentual dos lucros através dos impostos cobrados.

Desta forma, muitos eram os motivos que a Coroa portuguesa tinha para instalar as Missões no interior das Capitanias do Norte, no entanto, esbarrava em uma dificuldade: a falta de recurso. Quando foi sugerido a instalação das Missões nas ribeiras do Açu, Jaguaribe e Piranhas, a sugestão era que fossem instaladas duas missões em cada uma das ribeiras, cada uma com cem casais, no entanto,

Por causa das diversas advertências quanto às dificuldades de se formar as seis aldeias (grande distância dos núcleos coloniais, dificuldade de se obter sustento para os primeiros tempos, inexperiência dos soldados e dos moradores no trato com os tapuias, dificuldade de se obter os trezentos índios domésticos), foram fixados permanentemente em apenas três postos avançados: os Presídios das ribeiras do Açu, Jaguaribe e Piranhas. Contudo, manteve-se o intento de se situarem os tapuias nas proximidades destes Presídios, como foi feito com os Janduí no Açu, em 1696, e os Paiacu no Jaguaribe e na Lagoa do Apodi em 1699 (LOPES, 2003, p. 376).

Assim, os Paiaku, principal grupo abordado nesse artigo, passaram pelo primeiro processo de territorialização quando, em consequência da chamada Guerra dos Bárbaros, foram aldeados na Missão do Apodi.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

João Pacheco de Oliveira (1998, p. 54) apontou que a presença colonial instaurou “uma nova relação da sociedade com o território, deflagrando transformações em múltiplos níveis de sua existência”, como ocorreu com os grupos indígenas que foram aldeados em decorrência da Guerra do Açu. Estes, além de terem limites territoriais fixos demarcados pela Coroa (o território das missões), ainda tiveram que se adaptar a um novo modo de vida que, de acordo com as determinações régias, não contava com as migrações sazonais que eram realizadas em decorrência das secas ou dos períodos de coleta, com os locais próprios adotados para realização dos seus ritos sagrados ou com sua liberdade habitual de ir e vir por estes sertões.

Para Pacheco de Oliveira,

a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1998, p. 55).

Os índios que foram aldeados nas missões religiosas tiveram que se reorganizar socialmente, foram apresentados a outras formas de viver, além daquela tradicional com a qual já estavam habituados e foram inseridos em uma outra cultura, que possuía valores e costumes bem distintos daqueles adotados por eles.

Há de se considerar que estes grupos indígenas já possuíam certo contato com colonos, pois já conviviam com os sesmeiros que solicitavam terras no sertão, por vezes até os ajudando a escolher as terras mais apropriadas para a produção agrícola ou para a pecuária, porém, nas missões religiosas, o contato com a cultura ocidental tornou-se sistemático e incisivo.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Dessa forma, através da acomodação de diferentes grupos de nativos, com a finalidade de sua catequização e sedentarização, nas missões religiosas

que são unidades básicas de ocupação territorial e de produção econômica, há uma intenção inicial explícita de promover uma acomodação entre diferentes culturas, homogeneizadas pelo processo de catequese e pelo disciplinamento do trabalho (OLIVEIRA, 1998, p. 57).

Então, os indígenas que fossem aldeados teriam que falar a língua portuguesa, participar de toda ritualística católica cotidiana⁴ e fixar moradia, se acostumando a outras formas de vida e trabalho, consolidando a intensão da Coroa de homogeneização daquelas populações tão diversas entre si. Contudo, apesar dos esforços da Coroa para aldear os indígenas, intencionando o fim dos conflitos naquela região, estes continuavam a ocorrer.

A Missão do Apodi foi fundada em 10 de janeiro de 1700, pelo padre jesuíta alemão⁵ Filipe Bourel, e pouco tempo depois, em 16 de março do mesmo ano, um grupo de indígenas Janduí atacaram os Paiaku ali aldeados. Os Janduí teriam sido armados pelo Capitão-mor Bernardo Vieira de Melo, que teria fornecido munição e incitado o confronto para poder cativar os Paiaku (LOPES, 2003). Como estes indígenas haviam estabelecido um acordo de paz em 1695⁶, caso entrassem em confronto poderiam ser acusados de estar em guerra justa. Fátima Lopes (2003, p.

⁴ Apesar de ser uma publicação feita posteriormente baseada em um relato, é interessante observar a matéria publicada no periódico *Excelsior*, de 1940, que descreve o cotidiano de uma missão de índios do Rio Grande do Norte, feita pelo Frei Aníbal de Gênova. Cf. TAUNAY. Affonso de E. Uma Missão no Nordeste (1762). *Excelsior*, Edição 145, ANO XI, 15 de janeiro de 1940, p. 69 e 78. Frei Aníbal de Gênova esteve entre abril de 1761 e setembro de 1762 cuidando da Missão de Mipibu, no litoral da Capitania do Rio Grande do Norte. REGNI, Pietro Vittorino OFM Cap. **Os Capuchinhos na Bahia**: uma contribuição para a História da Igreja no Brasil. Vol. 2 – Os Capuchinhos Italianos (1705-1892). Tradução do italiano por Fr. Agatângelo de Crato OFM Cap. 1ª Edição. Caxias do Sul -RS: Imp. Grafica Editora Pallotti; Comp. Arte-final Artexto, 1988.

⁵ A informação da nacionalidade deste jesuíta é apontada em BARRETO, M. R. N.; ARAS, L. M. B. de. Salvador, cidade do mundo: da Alemanha para a Bahia. **História, Ciências, Saúde**. Mangueiras, vol. 10(1): 151-72, jan.-abr. 2003.

⁶ AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 42. CARTA do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira de Melo, ao rei [D. Pedro II] sobre decisão dos oficiais da Câmara e moradores de Natal de se fazer um presídio no sertão do Açú, que seria sustentado por seis meses pelas farinhas dadas pelos moradores. Anexo: termo de obrigação entre os oficiais da Câmara de Natal e os moradores (cópia); tratado de paz com os tapuias Ariu Pequeno (cópia); tratado de ratificação da paz feita com os tapuias Janduí, da Ribeira do Açú (cópia); certidão do rendimento dos contratos do Rio Grande do Norte, de 1695 a 1697. 25/04/1697.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

377) narrou que “de mais de seiscentos Paiaku aldeados, neste ataque morreram setenta e três, e oitenta ficaram cativos”.

Este não foi o único relato de envolvimento dos Paiaku em conflitos que foram incitados pelas autoridades coloniais a fim de cativar os indígenas. O Sargento mor José de Moraes Navarro narrou que, em 1710, três capitães do Terço dos Paulistas, juntamente com os moradores da Ribeira do Açu, teriam provocado contendas entre os índios Paiaku aldeados no Apodi e os índios Panucuguassu (Panicuauçu), aldeados por Manuel Álvares de Moraes Navarro, para que após guerrearem, fossem feitos cativos suas mulheres e filhos⁷. Os conflitos entre os nativos de diferentes etnias serviam, nesse contexto, para utilizar as rivalidades existentes entre os próprios grupos a favor do objetivo de enfraquecer estes povos, legitimando inclusive o cativoiro, fruto da guerra justa.

Para a Coroa portuguesa, os indígenas e a legislação que era aplicada a eles pela Coroa portuguesa, dividiam-se entre aliados e inimigos (PERRONE-MOISÉS, 1992), por isso, as ordens e determinações régias seguiam dois sentidos: para os nativos inimigos, o cativoiro; para os aliados, as pazes, o aldeamento e a vassalagem. Este foi o caso dos Paiaku da Ribeira do Apodi que, em 1701, após comprovada sua inocência, tiveram seu perdão concedido através de um Bando, emitido pelo Governador de Pernambuco, juntamente com os Icó (LOPES, 2003).

Além dos conflitos, outro assunto constantemente discutido pelas autoridades coloniais eram as condições de instalações das missões. Em 1699, o Padre Filipe Bourel relatou sua penosa ida do Açu para o Apodi. Tendo partido da ribeira do Açu, o jesuíta relata um ambiente precário e faz descrições pessimistas (PORTO, 2000).

⁷ AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 65. CARTA do [sargento-mor do Terço dos Paulistas] José de Moraes Navarro ao rei [D. João V] sobre uma trama entre os capitães do Terço dos Paulistas e moradores da Ribeira do Açu para incitar os índios Paiacu contra os "Panucuguassu", aldeados pelo mestre-de-campo Manuel Álvares de Novais Navarro, a fim de conseguirem aprisionar as suas mulheres e filhos. 27/05/1710.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

A partir do jesuíta Filipe Bourel, que esteve na fundação da Missão do Apodi e permanecer no local até sua morte, cuja causa não conseguimos determinar, tendo deixado cartas sobre o ambiente e sobre sua estadia, bem como inspirado um quadro representativo de seu falecimento, podemos analisar elementos do cotidiano e dos fluxos nesta ribeira. Este jesuíta, já em 1699 encontrava-se na Ribeira do Açu, para acompanhar as reduções. Esteve à frente da fundação da Aldeia de S. João Batista do Apodi (Missão do Apodi), juntamente com o padre João Guinzl (João Guedes), ficando o último mais envolvido com a missionação na Capitania do Ceará, aparecendo no Rio Grande como visitador (PORTO, 2000).

Maria Emília Monteiro Porto (2000, p. 217) escreveu que, em 1702, os padres Manuel Dinis e Vicente Vieira também foram para a Missão do Apodi, relatando “uma imagem melancólica do espaço”, no entanto, não encontramos maiores informações sobre a atuação destes jesuítas na missão. Elemento que também aparece nas descrições do padre Bourel, são os relatos do espaço da missão como um exílio, com almas do Purgatório a quem ele deveria dedicar sua missão. Logicamente, as descrições do ambiente feitas pelos missionários sofreram influência do estilo de escrita que este empregou nas cartas, sempre utilizando imagens bíblicas em suas descrições, como o êxodo, o exílio, entre outros. Uma imagem frequentemente suscitada pelo padre Bourel é a imagem da missão como um purgatório, como uma dimensão nociva da missão aos padres jesuítas, no tocante à integridade espiritual. Como aponta Gil Macedo (2014, p. 214), “o ato de se purgar é manifesto na relação entre o jesuíta e a salvação do ameríndio”, no qual o missionário assumia uma posição degradada ao ir para estes purgatórios (missões).

O noviço Alexandre Nunes também acompanhou o padre Filipe Bourel na Missão do Apodi, “enquanto convalescia de melancolia”, o que faz Maria Emília Porto caracterizar a região como um “espaço de fuga para espíritos melancólicos”, posto também como espaço de isolamento, devido à grande distância até o litoral. Essa tônica de isolamento acompanhou o discurso do missionário até seu

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

falecimento e foi transposta na pintura que representa este momento. Não conseguimos localizar, na documentação, maiores informações sobre a ação do noviço na missão e quando este deixou de atuar junto a ela.

Os testemunhos do Padre trazem como elemento os trabalhos e perigos na Missão, porque existia uma constante ameaça de novos ataques dos indígenas de corso, o que ocasionava dificuldades na instalação de novos aldeamentos. Também destacava a “falta de sustento, que fazia os Paiacu atacarem o gado dos moradores, o que fazia com que os padres quisessem aldeá-los em novas localidades” (LOPES, 2003, p. 378).

No entanto, contrastando com estas dificuldades, na escrita dos missionários também aparecem elementos de valorização das missões por permitir um maior controle dos missionários sob a população indígena e sobre as atividades que estes exerciam (PORTO, 2000). Os missionários precisavam empregar este tom propagandista para que a Coroa tivesse motivos para deixar o comando das missões permanecer em suas mãos, e para que a atividade missionária continuasse se propagando e atingindo o maior número de indígenas possível, como já vimos ser seu objetivo. Mas, além disso, não podemos ignorar o aumento da fazenda desses missionários que estavam envolvidos com a administração das missões indígenas.

Mesmo estando os indígenas aldeados em missões, os conflitos com os demais moradores da ribeira não cessavam. Em decorrência destes, em 1704 ocorreu a transferência de parte dos índios Paiaku da Missão do Apodi para a Missão de Igramació. Após contendas com os curraleiros da Ribeira, os Paiaku foram deslocados do sertão para o litoral (LOPES, 2003).

Nas descrições que podemos utilizar para entender o cotidiano da missão, também se destaca as reclamações do Padre Bourel a respeito do uso de armas pelos indígenas. Sendo um assunto de extrema importância para as autoridades coloniais,

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

pois influenciava diretamente na capacidade de controle que a Coroa exercia sobre a população que este tópico também fosse preocupação das autoridades coloniais:

Durante a ‘Guerra dos Bárbaros’, o uso contínuo das armas de fogo pelos tapuias fez com que o Governador Geral mandasse investigar de onde eles poderiam estar recebendo armas, pólvora e munições, com que se supriam há mais de cinco anos (LOPES, 2003, p. 358).

As armas vinham pelo rio Açu, mas também por colonos que trocavam *tapuias* por espingarda, fazendo resgate⁸. Outro elemento interessante de ser observado é a descrição do padre João Antônio Andreoni sobre a presença dos soldados na missão, que “é um elemento determinante para o controle da cultura indígena transtornada pela guerra” (PORTO, 2000, p. 220).

Percebe-se que nas missões, ao menos durante este período de intenso conflito da Guerra do Açu, eram empregados dois controles: o dos missionários quanto ao convívio entre os indígenas e um primeiro momento de inserção dos mesmos aos costumes cristãos ocidentais; e o controle da Coroa por meio dos soldados, impedindo avanços bélicos e tentando evitar que os indígenas adquirissem armamentos.

Mesmo com esse controle, os índios ainda saíam alguns meses durante o ano, para recolher frutos da época e, alguns deles fugiam para os sertões (LEITE, 1945). Desta forma, trazemos à discussão a consecutiva tentativa de controle da Coroa portuguesa sobre a população indígena e sua aceitação em determinados momentos e recusa em outros, evidenciando suas agências.

Outras formas de agência evidenciam-se no relato do padre visitador João Pereira que, em 1706, escreveu “que os índios do Apodi continuavam com alguns de seus costumes, andavam nus e pintados, com as bochechas, lábios e orelhas furadas,

⁸ CARTA para o Governador de Pernambuco, 09/09/1706. AHU_CU, Cód. 257, fl. 189v. Registo de cartas régias e cartas dirigidas a várias entidades das diferentes capitanias do Brasil. 1698-1713.

porém já haviam adquiridos alguns novos” (LOPES, 2003, p. 379), alguns deles frequentando a Igreja e os que estavam casados dormindo em barracas separadas.

Ainda se destaca que, segundo carta destinada à Junta das Missões, “era inconstante a fé dos Paiakus, crendo que estando a viver em Aldeias, seriam enganados pelos Missionários, que os entregariam ao Mestre de Campo dos portugueses, e seriam levados a duríssimo cativeiro” (PORTO, 2000, p. 237). Logo, mesmo os indígenas frequentando a igreja e realizando os rituais católicos, como apontado acima, o medo do cativeiro poderia ser um dos fatores que os fazia fugir das missões e retornar aos sertões, abandonando os hábitos adquiridos nos aldeamentos.

Em 1709, Filipe Bourel faleceu na Missão do Apodi, permanecendo nela apenas o Padre Bonifácio Teixeira. Antes de vir a falecer, o jesuíta relatou que, na visão dele, os indígenas haviam recuado a suas antigas superstições, “mostrando-se versáteis e inconstantes”. Relatou também que só permaneciam na missão por medo de serem escravizados (LEITE, 1945). Podemos perceber que o depoimento do padre contradiz o apresentado à Junta das Missões. Em um, os indígenas estariam fugindo das missões por ter medo de que os missionários os entregassem e os tornassem cativos, já no depoimento de Bourel, os nativos que permaneciam na missão, somente o faziam por medo de serem escravizados pelos moradores ao redor.

Cada discurso demonstra seus interesses. As autoridades coloniais, a fim de obter um maior controle da mão de obra indígena, fazendo com que esta não fosse intermediada pelos missionários, apontavam a falta de controle sobre os índios destes religiosos, uma vez que estes últimos eram os responsáveis por regular o trabalho prestado à Coroa e aos moradores. Já o discurso do padre, apesar de enfatizar a saída destes índios e sua “inconstância”, indica que a proteção que as missões lhes forneciam para que não fossem escravizados os fazia permanecer

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

nestes locais. No entanto, o que ficou evidente foi o poder de escolha que recaia sobre os indígenas. Estes poderiam permanecer nas missões, voltar para os sertões ou ainda transitar entre um espaço e outro, apontando que as possibilidades de agência destes não se limitavam ao conflito, à fuga ou à redução.

A morte do padre Phillipe Bourel foi transformada em quadro por um artista desconhecido de uma escola portuguesa de pintura do século XVIII. Sendo referenciado como o primeiro quadro representativo da ribeira do Apodi, oferece diversos elementos de análise da leitura que era feita sobre como eram as missões religiosas do sertão e de como elas eram representadas.

Figura 1 – Morte do Padre Filipe Bourel



Pintor desconhecido. Século XVIII. Óleo em tela; 110,5 X 133,5 cm. Coleção do Museu Nacional de Belas Artes – RJ. Catálogo MNBA, Safra, 1985.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Apesar de não ter a experiência em análise de obras de artes que os historiadores das artes dominam, cabe observar alguns pontos sobre esta pintura. O primeiro são os elementos do cotidiano nas missões que, por mais que equivocados, trazem elementos sobre o convívio entre os indígenas e os missionários (os nativos chorando a morte de Bourel), trabalho desenvolvido nesses locais (representado pela pesca) e as moradias. Apesar de ser uma representação provavelmente imaginária do cotidiano das missões, traz elementos relatados pelos missionários que ali estavam.

Outro aspecto que nos chamou a atenção foi a presença de dois personagens com roupas europeias em meio aos indígenas. Por se tratarem de dois homens, pode-se cogitar que sejam os missionários Manuel Dinis e Vicente Vieira, que também fizeram passagem pela Missão do Apodi, no entanto, nenhum dos dois homens traja túnica semelhante à do padre Bourel. Não acreditamos que uma imagem produzida para informar à posteridade os trabalhos catequéticos não utilize os elementos característicos de identificação dos missionários, como suas vestes. Poderia também ser o missionário Bonifácio Teixeira, que ficou a cargo da Missão após a morte de Filipe Bourel, mas pelo mesmo motivo apontado anteriormente, essa hipótese é posta em questão. Além disso, Serafim Leite (1945) escreveu que na ocasião de seu falecimento, o padre estava só, já que Bonifácio Teixeira estaria fora da missão. Desta forma, podemos cogitar que os personagens europeus são figuras representativas da presença de outros agentes da Coroa portuguesa naqueles sertões e naquela pintura.

Como apontou Antônio Andreoni, a presença de soldados nas missões não era incomum, tanto pelo controle dos espaços pelos oficiais da Coroa, como para arregimentar indígenas para servir nas tropas d'El Rei. Assim, poderia os dois personagens estarem representando soldados a serviço da Coroa, justamente pela morte do padre ter ocorrido em período de grande conflito na ribeira do Apodi. Poderia também, os dois homens com vestes europeias representados na pintura serem sesmeiros, pois, como apontado em trabalhos anteriores (LEITE, 2020), estes

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

já frequentavam os sertões e já tinham contato frequente com os índios, inclusive os utilizando como guia para encontrar terras férteis para seus cultivos. Fato é que a presença colonial, fosse através dos missionários responsáveis pela catequese e “civilização” dos índios ou dos sesmeiros ocupados em explorar as terras férteis da capitania, já se fazia bastante presente nos sertões, bem como as trocas culturais entre soldados, moradores, missionários e nativos.

Assim, procuramos apontar acima relatos que demonstram que mesmo com o estabelecimento de uma delimitação territorial fixa realizado pela Coroa portuguesa (a Missão do Apodi), os grupos indígenas continuavam a transitar pelos sertões das Capitanias do Norte. Fosse durante os períodos de colheita de determinados gêneros alimentícios retornando para as missões, fosse se reestabelecendo em espaços que não aqueles determinados pela Coroa. Eles também continuavam com práticas próprias de sua cultura, mesmo tendo que conviver com os costumes ocidentais dentro das missões. Desta forma, os indígenas continuavam transitando em seus territórios sociais, mesmo tendo passado pelo processo de territorialização implementado pela Coroa portuguesa.

REFERÊNCIAS

BARRETO, M. R. N.; ARAS, L. M. B. de. Salvador, cidade do mundo: da Alemanha para a Bahia. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, vol. 10(1): 151-72, jan.-abr. 2003.

FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; KRAUSE, Thiago. **A América portuguesa e os sistemas atlânticos na Época Moderna**: Monarquia pluricontinental e Antigo Regime. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013 (Coleção FGV de bolso. Série História).

GATTI, Ágatha Francesconi. **Os trâmites da fé**: As Juntas das Missões em Pernambuco, 1681-1759. Dissertação (mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, 2010.

LEITE, Ristephany Kelly da Silva. **O regresso dos Paiaku**: deslocamentos e agências indígenas entre as Capitanias do Rio Grande do Norte e Ceará (1700-1768).

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

2020. 152f. Dissertação (Mestrado em História) -Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: INL, Liv. Portugália, 1945 – Tomo III.

LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do rio Grande do Norte**. Edição especial para o Projeto Acervo Digital Oswaldo Lamartine de Faria. Natal: Coleção Mossoroense, 2003.

MACEDO, Gil Eduardo de Albuquerque. As fronteiras do purgatório na Capitania do Rio Grande: um estudo das representações espaciais jesuíticas (1599-1725). **Revista História e Cultura**, Franca-SP, v. 3, n. 2, 2014.

MAIA, Lício José de Oliveira. **Serras de Ibiapaba**. De aldeia a vila de índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial – século XVIII. Tese (doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana – Estudos de Antropologia Social**, v. 4, n. 1, Rio de Janeiro, 1998.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP, 1992, pp. 115-131.

PORTO, Maria Emília Monteiro. **Jesuítas na Capitania do Rio Grande, séculos XVI e XVIII**: arcaicos e modernos. 2000. Tese (Doutorado em História) - Facultad de Geografía e Historia, Universidad de Salamanca, Salamanca, 2000.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do Nordeste do Brasil, 1650 – 1720. São Paulo: Hucitec; Editora da USP – Fapesp, 2002.

REGNI, Pietro Vittorino OFM Cap. **Os Capuchinhos na Bahia**: uma contribuição para a História da Igreja no Brasil. Vol. 2 – Os Capuchinhos Italianos (1705-1892). Tradução do italiano por Fr. Agatângelo de Crato OFM Cap. 1ª Edição. Caxias do Sul -RS: Imp. Grafica Editora Pallotti; Comp. Arte-final Artexto, 1988.

SOUZA E MELLO, Marcia Eliane Alves de. **Fé e Império**: as Juntas das Missões nas conquistas portuguesas. Manaus: EDUA, 2007.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

TAUNAY. Affonso de E. Uma Missão no Nordeste (1762). **Excelsior**, Edição 145, ANO XI, 15 de janeiro de 1940, p. 69 e 78.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Revista Espacialidades [online]. 2025, v. 1, n. 1, ISSN 1984-817X

[672]